



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO - LPI

Nº06/2022

O Município de Pejuçara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.566.188/0001-18 com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 597, Pejuçara/RS – CEP 98.270-000, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução CONSEMA nº 372/2018 e Lei Complementar nº 140/2011, e baseado na Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, e nas Leis municipais vigentes, e com base nos autos do processo municipal SLAM nº 151/2022, expede a presente **LICENÇA PRÉVIA E DE INSTALAÇÃO – LPI**, nas condições e restrições abaixo especificadas:

EMPREENDEDOR: DARI DA SILVA

CPF: 331.407.400-00

ENDEREÇO: RINCÃO DE JESUS, S/N - INTERIOR

MUNICÍPIO: PEJUÇARA/RS

CODRAM: 111,42

PORTE: MÍNIMO

POTENCIAL POLUIDOR: BAIXO

Relativo à atividade de IRRIGAÇÃO PELO MÉTODO DE ASPERSÃO OU LOCALIZADA COM AÇUDES – CODRAM 111,42 – PORTE MÍNIMO – POTENCIAL POLUIDOR BAIXO, a ser realizada em Rincão de Jesus, s/n, interior de Pejuçara/RS, em área situada sob as coordenadas geográficas Lat: -28.4372° e Long: -53.7166° e registrada sob matrícula nº 36.715 e 28.533 no Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta/RS.

Projeto Técnico:

FELIPE LEONARDO BECKER – ENGENHEIRO AGRÔNOMO – CREA RS 215979 – ART Nº12184648

COM AS SEGUINTE CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Esta licença autoriza a implantação de sistema de irrigação pelo método de aspersão convencional com açudes, contemplando a construção de dois açudes, no formato de tanque escavado, sendo o açude 01 sob coordenadas geográficas Lat: -28.4382° e Long: -53.7173° com área de 0,1281 hectares, o açude 03 sob as coordenadas geográficas Lat: -28.4386° e Long: -53.7179° com área de 0,1015 hectares, e a utilização do açude 02 já existente nas coordenadas geográficas Lat: -28.4383° e Long: -53.7177° com área



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

de 0,1000 hectares, contemplando portanto, uma bacia de acumulação formada pelo sistema composto de 0,3296 hectares .

2. A construção dos açudes, deverá respeitar uma distância mínima de 15 metros da margem do curso hídrico existente na propriedade sob as coordenadas geográficas Lat: -28.4382º e Long: -53.7183º.
3. Toda o solo retirado durante as escavações para a construção dos açudes deverá ser utilizado para a construção das taipas, estando proibida a retirada de terra de dentro da propriedade.
4. A construção dos açudes deverá ocorrer de forma a causar os menores danos possíveis na vegetação situada nas proximidades, seguindo rigorosamente o contido nesta licença e no projeto apresentado.
5. De acordo com o projeto apresentado para obtenção desta licença, o sistema de irrigação por aspersão convencional será dotado de tubulação e aspersores que irrigarão uma área de 2,70 hectares, localizada sob as coordenadas geográficas -28.4389º e -53.7163º.
6. Todos os produtores envolvidos com o licenciamento desse empreendimento (proprietários, arrendatários/parceiros ou outros) deverão obedecer aos termos, condições e restrições impostos nesta licença.
7. O sistema de irrigação será utilizado em lavouras de soja, milho, trigo e pastagem pelo método de aspersão convencional.
8. Esta licença só terá validade acompanhada da Outorga de Direito de Uso da água em vigor para todos os pontos de captação ou documento com mesmo valor perante a legislação ambiental. Ressalta-se que a emissão desta licença foi amparada pelos cadastros do SIOUT nº 2022/022.295-1, 2019/009.336-3, 2022/022.300-1 e 2022/022.301-1, os quais de acordo com a Instrução Normativa SEMA 03/2022 dispensam a necessidade de obtenção da outorga, exclusivamente para fins de financiamento e de licenciamento ambiental nos processos de irrigação.
9. Esta licença NÃO AUTORIZA qualquer estrutura e/ou equipamentos que gerem bloqueio total ou parcial do fluxo natural das águas do curso hídrico existente na propriedade, nem sequer a sua utilização para abastecimento dos açudes.
10. A água a ser utilizada no sistema de irrigação, será proveniente de três açudes, conforme cadastrado no sistema de Outorga de Água do Rio Grande do Sul (SIOUT), devendo ser dado sequência nos processos até a obtenção da outorga de uso de água.
11. O empreendimento não poderá ocupar as demais Áreas de Preservação Permanente (APP) existentes na propriedade definidas na Lei Federal nº 12.651/2012 e Lei Estadual nº 15.434/2020 e nº 9.519/1992, devendo ser mantidas e preservadas todas estas áreas, bem como a vegetação existente dentro dos limites das mesmas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

12. As áreas de preservação permanente referentes as margens dos recursos hídricos deverão ser preservadas conforme a legislação ambiental em vigor e conforme o cadastro ambiental rural da propriedade.
13. As casas de máquinas e demais infraestruturas necessárias, deverão ser construídas fora de área de preservação permanente, devendo as mesmas serem construídas de forma a evitar possíveis contaminações ambientais ao solo e recursos hídricos, seja por vazamentos de óleos ou quaisquer outros fatores. Caso a casa de máquinas seja dotada de depósito de combustível, a mesma deverá possuir medidas de contenção, tais como piso impermeável, mureta de contenção ou canaletas direcionadas para sistema separador de água/óleo/lama ou medidas de neutralização de carga poluente em caso de derramamento, tais como uso de serragem, areia, entre outras.
14. De acordo com projeto apresentado, a construção do sistema de irrigação não envolverá a supressão de vegetação nativa, visto que a área a ser utilizada pelo mesmo é destituída de vegetação arbórea, sendo utilizada atualmente para pastoreio animal e cultivos agrícolas.
15. O empreendedor fica advertido que não poderá haver corte de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração sem o prévio licenciamento pelo órgão ambiental competente.
16. No caso de haver necessidade de supressão de vegetação nativa, deverá haver cuidado de não isolar fragmentos, buscando a interligação destes para facilitar a formação de corredores ecológicos de no mínimo 60 metros de largura, sendo que matas ciliares e demais formas de vegetação em áreas de preservação permanente definidas em lei não podem ser suprimidas total ou parcialmente, conforme Art. 23 da Lei Estadual nº 9.519/1992; e que a vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em área definida no Decreto Estadual nº 36.636/1996, não pode ser cortada ou explorada, exceto nos casos previstos na Legislação, conforme Art. 38 da Lei Estadual nº 9.519/1992.
17. Não poderá ser utilizado fogo ou queimadas nas florestas ou demais formas de vegetação natural, conforme estabelecido no art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992.
18. É vetado o uso de capina química para construção ou manutenção de estradas ou canais.
19. As áreas irrigadas a serem ocupadas com a instalação do sistema de aspersão convencional, totalizam uma área de 2,70 hectares.
20. Deverão ser dispostas na propriedade, sinalizações indicativas quanto à proibição de caça, pesca e apreensão de animais silvestres.
21. É proibida a utilização, perseguição, destruição, caça, ou apanha de animais silvestres, conforme Lei Federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, com exceção das espécies permitidas, nos locais regulamentados e nas épocas autorizadas.
22. Deverão ser preservados os locais de refúgio, reprodução, alimentação e dessedentação da fauna.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

23. Deverão ser adotadas medidas conservacionistas, com vistas a evitar a erosão do solo e o assoreamento dos recursos hídricos da região, no entorno e nos taludes laterais de todas as obras componentes do sistema de irrigação, constituído por canais/ estradas/ açudes.
24. Não é permitido o uso ou a construção de qualquer obra que altere a hidrodinâmica de cursos hídricos, tais como diques de contenção, atacados ou lagoões, sem a devida outorga expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH e a Licença de Instalação expedida pelo órgão ambiental competente.
25. Não poderá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos/ despejos nos recursos hídricos ou em áreas de uso agrícola e Áreas de Preservação Permanente.
26. Deverá ser instalada tela protetora na entrada da tubulação de sucção das bombas que evite a passagem de alevinos das espécies ocorrentes, conforme art 1º da Portaria nº 12-N do Ministério da Agricultura (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), de 7 de abril de 1982.
27. A aquisição e utilização de agrotóxicos deverá ser realizada mediante orientação técnica de profissionais devidamente habilitados, conforme Leis Federais nº 7.802/1989 e 9.974/2000.
28. A aplicação aérea de agrotóxicos deverá ser efetuada por empresas licenciadas junto a FEPAM, devendo ser tomados cuidados em relação às condições atmosféricas, condições de vôo, etc., com vista a evitar danos a terceiros e resguardadas as distâncias previstas na legislação específica, de casas, estradas e recursos hídricos, devendo ainda, ter acompanhamento de responsável técnico. Ressalta-se que não poderá haver aplicação em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoação (cidades, vilas, bairros) e de mananciais de captação de água para abastecimento público; e de 250 metros de quaisquer mananciais de água, moradias isoladas, agrupamentos de animais de criação, capões de mata nativa e quaisquer outras áreas de culturas agrícolas e florestais que não sejam alvo da aplicação.
29. O armazenamento de combustíveis e produtos agroquímicos deverá atender as recomendações técnicas e as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente, e estar de acordo com as normas técnicas da ABNT nº 9843/87 e 1183/88, e com a Lei Estadual nº 9.921/93 e Decreto Estadual nº 38.356/98.
30. É proibido o abastecimento de máquinas e equipamentos utilizados na aplicação de agrotóxicos, junto a quaisquer mananciais de água.
31. A água da lavagem dos pulverizadores deverá ser coletada para a reutilização ou para aplicação direta na lavoura.
32. No caso de utilização de agrotóxicos herbicidas, o empreendedor não poderá, em hipótese alguma, atingir ou danificar, mesmo que por deriva, as áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal.
33. Após o uso dos agrotóxicos, o usuário deverá fazer a tríplice lavagem das embalagens, para após efetuar a sua devolução, junto aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, ou nos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

estabelecimentos indicados por este ou pelo poder público local, no prazo de até um ano, contado a partir da data de compra, conforme estabelecido pelas Leis Federais nº 7.802/1989, 9.974/2000 e 10.305/2010.

34. Fica proibida a queima de resíduos, embalagens de agrotóxicos e/ou produtos veterinários conforme Lei Estadual nº 9.921/93, art. 11, devendo as embalagens de agrotóxicos serem destinadas aos fabricantes do produto, conforme art. 6º, parágrafo 5º, da Lei Federal nº 7.802/89.

35. Caso a atividade utilize óleos lubrificantes, as embalagens plásticas deverão ser devolvidas nos pontos de venda, para que sejam encaminhadas para os fornecedores que deverão dar a destinação final, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.305/2010.

36. O local da troca de óleo lubrificante deverá possuir bacia de contenção sobre piso de concreto, para armazenagem de óleo lubrificante usado em tonéis. A bacia de contenção deve ser calculada para conter todo o volume do(s) tonel(is), não sendo aceito tanque subterrâneo para armazenagem de óleo lubrificante usado, o qual depois de armazenado, deverá ser destinado a reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA nº 362/2005, art. 1º, 3º e 12º.

37. É proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas a reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas) conforme Portaria SEMA/FEPAM nº 001/2013.

38. A pista de abastecimento de veículos deverá possuir piso impermeável na área de abastecimento de veículos e máquinas, com drenagem periférica (sem possibilidade de infiltrações para o subsolo) conectada com caixa separadora de água/óleo e se localizar fora de área de preservação permanente.

39. O abastecimento dos tanques de combustíveis só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental na FEPAM.

40. A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo.

41. Para as obras de implantação ou manutenção do sistema de irrigação, caso seja necessário a redução do nível de água do açude, o esvaziamento deverá ser feito gradualmente de modo que não altere abruptamente a vazão do afluente receptor das águas.

42. Fica o empreendedor autorizado a realizar obras de manutenção de açudes e vertedouros, de forma a evitar o assoreamento, erosões, e rompimento, visando garantir a segurança do sistema de irrigação.

43. Os sistemas adutores ou de distribuição, tubulações e demais infraestruturas necessárias deverão ser devidamente dimensionados, de forma a evitar impactos ambientais durante a operação do empreendimento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

44. A área do empreendimento está cadastrada no CAR sob registro nº RS-4314308-AB39.E08C.89B1.4150.AFCC.1399.2DD0.4A61 e RS-4314308-8643.20E8.8C83.47CA.B58B.42EA.

5E1E.44BF, devendo o empreendedor manter atualizado este cadastro, realizando a recuperação das áreas de preservação conforme acordado no Programa de Regularização Ambiental.

45. Em caso de acidentes ou incidente com risco de danos ao meio ambiente, o órgão ambiental municipal deverá ser comunicado imediatamente.

46. As taipas e taludes ao redor do açude deverão ser monitoradas continuamente, bem como tomadas as medidas técnicas necessárias para a prevenção e contenção de processos erosivos e possível rompimento, devendo em caso de perigo de rompimento ser o órgão ambiental imediatamente comunicado;

48. De acordo com o artigo 11 da Resolução Consema 323/2016, açudes e barragens com bacia de acumulação de até 1 ha (um hectare) estão dispensadas do estabelecimento de faixa de preservação permanente como dispõe o § 4º do art. 4º da Lei Federal nº 12.651/2012, no entanto, considerando que os açudes a serem utilizados no sistema de irrigação ocuparão parcialmente a área de preservação permanente de um área úmida descaracterizada pelo pisoteio animal e ação antrópica, situada próxima a um curso hídrico e uma vertente intermitente, porém com uso consolidado anterior a 2008, e em conformidade com proposta do empreendedor, deverá ser estabelecida uma margem de 05 metros ao redor dos açudes de área de preservação permanente, o plantio de 100 mudas de árvores nativas e condução da regeneração natural na área situada próxima ao curso hídrico existente na propriedade, em polígono formado pelas coordenadas geográficas -28.4384° -53.7183°, -28.4384° -53.7182°, -28.4390° -53.7182° e -28.4390° -53.7183° e o cercamento de um raio de 15 metros ao redor da vertente intermitente e condução da regeneração natural desta área pelo método do abandono.

Documentos a serem enviados para a obtenção da licença de operação:

Documentos constantes na Resolução Consema 340/2017.

Havendo alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma a SEMADE, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima elencadas até **31/10/2024. Em caso de descumprimento de algum prazo estabelecido nesta Licença, a mesma perderá automaticamente a validade. Do mesmo modo, este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade, ou não sejam apresentados ao Departamento de Meio Ambiente os documentos que por ventura foram solicitados no ato de emissão desta licença.**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

Esta licença foi emitida baseada no Parecer Técnico nº 14/2022 e laudo de vistoria emitido pelo Fiscal Sanitário e Ambiental.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local do Empreendimento para efeito de fiscalização.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:

31/10/2022 à 31/10/2024

Pejuçara/RS, 31 de outubro de 2022.

FELIPE OBERDORFER

Engenheiro Agrônomo e Licenciador Ambiental

JOÃO LUIZ VALANDRO

Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

FLAVIANA BRANDEMBURG BASSO

Prefeita Municipal